

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Sabrina Fernandes de Castro

Universidade Federal de Santa Maria/Rio Grande do Sul/Brasil
sabrinafcastro@gmail.com

Iasmin Zanchi Boueri

Universidade Federal do Paraná/Paraná/Brasil
boueri.iasmin@gmail.com

Kristina Desirée Azevedo Ferreira

Universidade Federal do Paraná/Paraná/Brasil
kristinadesireeufpr@gmail.com

Received: 11 febrero 2023

Revised: 16 febrero 2023

Evaluator 1 report: 15 marzo 2023

Evaluator 2 report: 08 abril 2023

Accepted: 19 abril 2023

Published: junio 2023

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar a pesquisa realizada a partir da formação continuada intitulada “*Deficiência Intelectual: Atualização do conceito, formação e práticas pedagógicas (FCDI)*”, realizadas com a parceria entre a Federação Nacional das APAEs (Fenapaes), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Deficiência Intelectual (GEPEEDI), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). O curso foi ofertado no Brasil na modalidade remota no ano de 2022, com oito unidades que possuíam um *design* composto por materiais instrucionais construídos com base no Manual da Associação Americana de Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento (Schallock, Luckasson & Tassé, 2021), entre eles: videoaulas, telas interativas, livros, dissertações, artigos, jogos e perguntas interativas de sistematização. A pesquisa foi composta por seis perguntas que foram respondidas ao final de cada uma das unidades teóricas. Sessenta e seis profissionais atuantes nas unidades especializadas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) das cinco regiões do país e três acadêmicas do GEPEEDI se inscreveram. Destes, 44 concluíram o curso. Justificamos a relevância da discussão acerca da definição de Deficiência Intelectual (DI) abordada durante a formação por apresentar os constructos que permeiam a abordagem integrativa. Dentre uma das questões, foi solicitado que os participantes refletissem sobre a importância do Paradigma de Apoio no Brasil. Eles foram unânimes quanto à importância desse paradigma na prática, a exemplo da fala: “*Quando colocado em prática, este permitirá cada vez mais a realização de planejamentos de ensino centrados na pessoa que auxiliem*”

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

na independência dos estudantes com DI, pois estão articulados com seu contexto e necessidades reais de aprendizagem". Percebeu-se que a compreensão e sistematização trazidas permitiram que cada profissional pudesse não apenas compreender os aspectos teóricos, mas também articulá-los com estratégias que podem ser utilizadas junto às pessoas com Deficiência Intelectual.

Palavras-chave: educação especial; psicologia; formação de professores; deficiência intelectual

ABSTRACT

Intellectual Disability: An update on the concept, training and pedagogical practices.

This abstract aims to present the research and continued education program named "*Intellectual Disability: An update on the concept, training and pedagogical practices (FDCI)*" carried out through the partnership between the National Federation of the APAEs (Fenapae), the Special Education and Intellectual Disability Study and Research Group (GEPEEDI), the Federal University of Santa Maria (UFSM) and the Federal University of Paraná (UFPR). The course was offered in Brazil in remote mode in 2022, with eight units that had a design composed of instructional materials created based on the new American Association on Intellectual and Developmental Disabilities Manual (AAIDD, 2021), including: video classes, interactive screens, books, dissertations, articles, games and interactive systematization questions. The survey consisted of seven questions that were answered at the end of each theoretical unit. Sixty-six professionals working in the specialized units of the Association of Parents and Friends of the Disabled (APAE) from the five regions of the country and three academics of the GEPEEDI have enrolled. Of these, 44 completed the course. We justify the relevance of the discussion about the definition of Intellectual Disability (ID) addressed during the training because it presents the constructs that permeate the integrative approach. Among one of the questions, the participants were asked to reflect on the importance of the Support Paradigm in Brazil. They were unanimous as to the importance of this paradigm being put into practice, such as in the following statement: "*When put into practice, this will allow even more the elaboration of person-centered teaching plans that help in the independence of students with ID, as they are articulated with their context and real learning necessities*". It has been noticed that the comprehension and systematization brought by it allowed each professional to not only understand the theoretical aspects, but also articulate them with strategies that can be used with people that have intellectual disabilities.

Keywords: special education; psychology; teacher training; intellectual disability

INTRODUÇÃO

O conceito de Deficiência Intelectual (DI) vem sendo abordado historicamente, mudando seu sentido e aplicabilidade. Vários foram os termos utilizados para se referir a pessoa com DI no Brasil e no mundo. No Brasil, termos como imbecil, dementes, cretinos, mongoloides, retardado mental, louco, débil, retardado (Pessotti, 2012) foram utilizados por muito tempo, e atualmente são considerados pejorativos. Termos, estes, que representaram uma época e uma visão que se tinha acerca do sujeito, repletos de representações e condutas a serem tomadas.

Com uma visão mais específica do sujeito com DI, no ano de 2021, a *American Association on Intellectual and Developmental Disability* (AAIDD) lançou o *Intellectual Disability: Definition, Diagnosis, Classification, and Systems of Supports 12th Edition* (Schalock; Luckasson, & Tassé, 2021), onde apresenta um modelo multidimensional centrado nos níveis de apoio nas diferentes áreas do desenvolvimento do sujeito, que são definidos a partir do funcionamento adaptativo, referem-se as habilidades conceituais, sociais e práticas nas atividades cotidianas. Assim, o funcionamento individual é resultante da interação de apoios com as cinco dimensões, 1. Habilidades Intelectuais, 2. Comportamento Adaptativo, 3. Saúde, 4. Participação e 5. Contexto.

No Brasil, o modelo médico de deficiência intelectual preponderou durante muitos anos, esse modelo considera apenas a patologia das pessoas com deficiência intelectual. Nos últimos anos, observa-se uma intensiva utilização do modelo social onde a pessoa com deficiência intelectual em suas potencialidades são valorizadas, considerando amplamente o contexto que o sujeito vive. Nesse sentido, há uma ênfase na importância da oferta

de apoios para que haja um desenvolvimento integral. Assim, implementa-se a necessidade de estudos acerca do Paradigma de Apoios, da abordagem integrativa e das práticas baseadas em evidências.

Pesquisas como as de Ferreira(2022); Alles(2020); Lopes(2016); Boueri (2014); Zutião(2016; 2019) desenvolvidas com o propósito de promover formações continuadas para profissionais que atuam junto a pessoas com deficiência intelectual e utilizam as escalas de intensidade de apoio demonstram efetividade, pois por meio da avaliação de apoio são elaborados planejamentos voltados para estas áreas, e a reanálise demonstram que com intervenções centradas as pessoas com DI desenvolvem maior autonomia para atividades funcionais. Nesse contexto, as formações para os professores e trabalhadores da educação torna-se importante e necessárias.

Em consonância com tal aprimoramento histórico, atualmente temos duas escalas de intensidade de apoios em processo de validação no Brasil, a Escala de Intensidade de Apoio para jovens e adultos (SIS-A) e a Escala de Intensidade de Apoio para crianças e adolescentes (SIS-C). O projeto de adaptação e validação da SIS-A é coordenado professora doutora Maria Amelia Almeida, vinculada a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O projeto de adaptação e validação da SIS-C é coordenado pelas professoras doutoras Sabrina Fernandes Castro e lasmin Zanchi Boueri, é realizado com apoio da Federação Nacional das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE Brasil) e com permissão para pesquisa da AAIDD. Também, está sendo desenvolvida a tradução e adaptação do *Manual Intellectual Disability: Definition, Diagnosis, Classification, and Systems of Supports 12th Edition* (Schalock, Luckasson & Tassé, 2021).

Esses projetos de tradução e adaptação compõem a base teórica do texto que ora se introduz, da formação continuada desenvolvida e da pesquisa realizada que passamos a apresentar.

Assim, o presente texto tem como objetivo apresentar a pesquisa e a formação continuada intituladas “*Deficiência Intelectual: Atualização do conceito, formação e práticas pedagógicas (FCDI)*”, realizadas através da parceria entre a Federação Nacional das APAEs (APAE Brasil), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Deficiência Intelectual (GEPEEDI), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Justificamos a relevância da discussão acerca da definição de Deficiência Intelectual abordada durante a Formação, por apresentar os constructos que permeiam a abordagem integrativa da deficiência intelectual (Schalock; Luckasson & Tassé, 2021). Isso pois, é notório, que o conceito atribuído à AAIDD influencia muitos pesquisadores e as políticas públicas atualmente vigentes para a área no Brasil e no mundo.

Salientando, a possibilidade, por meio da formação a distância, de que profissionais de todas as regiões do Brasil, pudessem compreender a importância de se refletir sobre estes aspectos para que, também, possam articular a construção de espaços formativos. Além disso, a sistematização trazida permitia que cada profissional compreendesse os aspectos teóricos e articulasse com estratégias que pudessem ser utilizadas na sua prática pedagógica.

METODOLOGIA

Como mencionado, esse trabalho relata os resultados da pesquisa e o desenvolvimento e implementação de um curso de formação continuada nomeado *Formação Continuada Deficiência Intelectual Atualização do conceito, formação e práticas pedagógicas (FCDI)* ofertada na modalidade piloto no ano de 2022.

Participantes

O recrutamento dos/das participantes foi realizado pela APAE Brasil, priorizando uma pessoa por estado brasileiro. Profissionais das APAES de todas as regiões do Brasil que atuam junto a pessoas com deficiência intelectual poderiam participar (preferencialmente no setor da Educação). A divulgação ocorreu, de maneira virtual, através de e-mail e redes sociais.

Como resultado, tivemos 69 inscritos distribuídos nas cinco regiões do Brasil conforme apresentado na figura 1.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Figura 1. Participantes inscritos na FCDI por região do Brasil



Desses 69 inscritos, sessenta e seis profissionais são atuantes nas unidades especializadas da APAE e três são acadêmicas do GEPEEDI. Entre os 66 profissionais, 55 preencheram a caracterização inicial.

Dos 55 que preencheram a caracterização inicial, 26 eram da região nordeste, 14 da região centro-oeste, 09 da sudeste, 05 da norte e, apenas, um da região sul do Brasil. Profissionais de 36 cidades diferentes participaram do Curso.

Ainda, dos 55, 41 anunciaram que possuíam pós-graduação completa e quatro incompleta. Sete ensino superior completo e dois incompleto. Um participante anunciou ensino técnico. Quanto ao curso de graduação, 30 mencionaram possuir pedagogia, sete Letras, outras formações apareceram em baixa frequência (entre 01 e 03), tais como Filosofia, Fisioterapia, Geografia, História e Letras, Educação Física, Matemática, Direito, Psicologia e Serviço Social. Seis profissionais anunciaram possuir mais de uma graduação.

Quanto ao tempo de atuação profissional, dois profissionais atuam há menos de 2 anos, sete de 2 a 5 anos, dezesseis de 6 a 10 anos, treze de 11 a 15 anos, quatro de 15 a 20 anos e treze mais de 20 anos.

Programa de formação continuada:

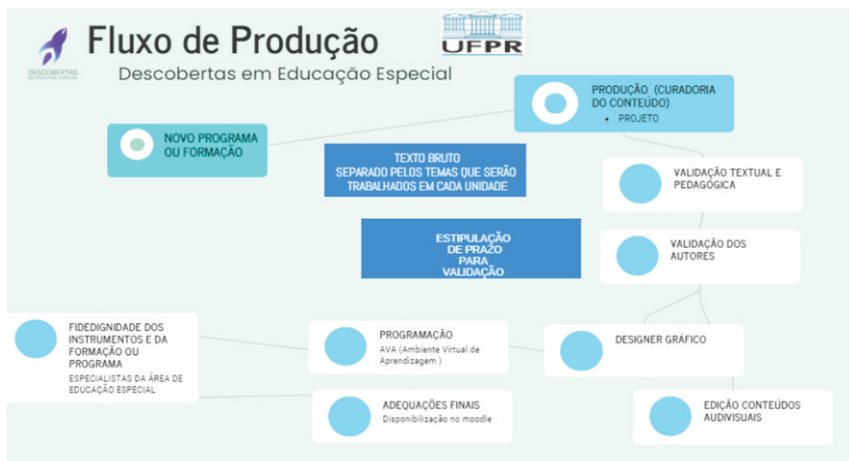
Muito se tem discutido, principalmente após a pandemia da COVID-19, sobre a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem para a realização de formações. Para tanto, o intuito não é criar repositórios de materiais instrucionais, mas que em conjunto com o processo pedagógico pode-se permitir que haja a interação e construção a partir da realidade dos cursistas. A FCDI foi ofertada, na modalidade remota, com atividades síncronas e assíncronas que compunham oito unidades, sendo uma de ambientação e outras sete teóricas.

Neste sentido, um dos aspectos fundamentais ao se refletir sobre o desenvolvimento e implementação de cursos através de ambientes virtuais é subdividirmos em fluxos (etapas de produção e de administração) o que permite observar as várias frentes de trabalho e, principalmente, efetivar a qualidade dos recursos instrucionais e da mediação pedagógica.

Para a estruturação da FCDI foram seguidos os passos indicados por Mill, Ribeiro & Oliveira (2014) assim, elaboração exigiu muita atenção para estruturação de um design instrucional que fosse efetivo, chamasse atenção para os conteúdos de maneira leve, permitindo que cada cursista conseguisse realizar seus estudos articulando com sua realidade de trabalho.

Na figura 2, apresentamos o fluxograma com a etapa de produção da Formação, já descrita por Ferreira (2022).

Figura 2. Fluxo de produção das formações EaD e online



Inicialmente houve a análise do material a ser utilizado na FCDI: o manual da AAIDD 2021. Assim, foram realizados em 2021 e 2022, encontros do GEPEEDI que contou com pesquisadores qualificados em diferentes níveis (iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado) para discutir e realizar a análise dos capítulos.

Após esta curadoria dos conteúdos, ocorreu a construção dos materiais instrucionais, todos passaram pela avaliação pedagógica e textual de duas pesquisadoras, depois voltaram para os autores para serem colocados no modelo elaborado pela designer gráfica. As unidades possuíam um design composto por materiais instrucionais, entre eles: videoaulas, telas interativas, livros, dissertações, artigos, jogos e perguntas interativas. Ocorreu no ambiente virtual *Moodle* da UFPR Virtual e as aulas síncronas pelo *Google Meet*, um total de sete aulas síncronas teóricas.

Concomitante, na etapa de administração foram criados roteiros para a tutoria da formação. A equipe de tutoria criou os modelos de mensagens a serem encaminhados nos fóruns de notícias no ambiente virtual. Todos os encontros síncronos foram gravados e, posteriormente, disponibilizados como aulas no ambiente virtual.

Ao iniciar a FCDI ocorreu um período de ambientação, o que permitiu que os cursistas conhecessem o Ambiente de aprendizagem e pudessem refletir sobre seu processo de aprendizagem e planejar estratégias para acompanhá-lo.

Vídeos curtos de até cinco minutos foram gravados com o intuito de convidar os cursistas a estudar a temática da unidade, na tentativa de tornar o percurso leve e interessante. À medida que as unidades eram liberadas, os cursistas tinham a possibilidade de realizá-las em duas semanas, cada unidade era composta por telas lineares com video aulas instrucionais e duas atividades a serem respondidas. Pelo chat individual as pesquisadoras estavam em contato constante com os estudantes para quaisquer demandas.

Procedimento de coleta da pesquisa:

A pesquisa foi composta por seis perguntas que foram respondidas ao final das unidades teóricas, eram enviadas via *Google Forms*. As perguntas permitiam resposta discursiva, com uma abordagem crítica quanto aos conteúdos trabalhados na unidade e sua aplicabilidade na realidade onde os cursistas atuavam.

Assim, nas questões, foi solicitado que os participantes refletissem sobre os processos históricos, conceito de DI, importância do Paradigma de Apoio, classificação dos subgrupos, responsabilidade profissional, julgamento clínico e critério de idade para definição.

Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Como mencionado, tivemos 69 inscritos distribuídos nas cinco regiões do Brasil. Entre os inscritos, 44 concluíram a FCDI com rendimento acima de 70% e frequência superior a 75%.

Durante os encontros síncronos os participantes foram ativos, respondendo, tirando dúvidas, participando dos debates e respondendo as questões da pesquisa. As perguntas tinham o intuito de levar os participantes a refletir criticamente quanto aos conteúdos trabalhados na unidade e sua aplicabilidade na realidade onde atuam. Vejamos, agora, as análises empreendidas a partir das respostas a essas questões.

A Unidade 1 do FCDI foi a ambientação, então não houveram questões teóricas.

A Unidade 2 tratava da “Visão política e histórica do conceito de DI”. Na Unidade foram tratados as relações históricas desde a antiguidade, as primeiras iniciativas científicas e o contexto da atual perspectiva inclusiva. Assim, os participantes foram convidados a refletir sobre os processos históricos que acompanharam durante a sua carreira profissional, especialmente quanto aos marcos históricos que possibilitaram maiores mudanças para o atendimento a pessoa com DI. Quarenta e cinco participantes apontaram os marcos históricos.

Políticas públicas e a legislação foram citadas por 21 participantes. Dentre as mais citadas, temos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) com quatro ocorrências, a Declaração da Salamanca (Brasil, 1994) com sete ocorrências e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2006) com oito. Dentre as políticas apontadas, uma pessoa citou o decreto 7.611, de 2011, e justificou que no estado onde mora esse Decreto provocou grandes mudanças nas escolas especiais, citando que “*logo em seguida o Conselho estadual também publicou resoluções e notas técnicas que obrigaram as escolas se adequarem ao formato de atendimento pedagógico “complementar”, não mais “substitutivo”*”.

Dezesseis respondentes citaram os princípios da inclusão, a exemplo da fala:

Um marco histórico de vivência, principalmente no município onde eu residuo é a participação dessas pessoas com deficiência dentro dos espaços públicos, dentro das escolas, ainda há muita falta de inclusão de acessibilidade da parte dos profissionais que atuam em escola, porém o fato das famílias terem a iniciativa de tirar aquela pessoa de dentro da casa, da sua zona de conforto e buscar sua inclusão dentro dos espaço é um marco histórico, hoje devido a muitos encontros, palestras sobre os direitos das pessoas com deficiência o nosso município as famílias de pessoas com deficiência estão tendo um novo olhar sobre a pessoa com deficiência, pois é notável que cada pessoa tem suas potencialidades e precisam de oportunidades para desenvolvê-las.

Outro fato observado na referência acima, é quanto a possibilidade de formação pessoal e profissional, outras duas pessoas, também, mencionaram a formação profissional para o atendimento das pessoas com DI como um marco.

Seis pessoas citaram as primeiras iniciativas individuais relacionadas ao atendimento, citaram exemplos como dos médicos Pinel, Itard, Sigan e de Esquirol. Vejamos uma dessas colocações:

Em 1818 com os estudos de Esquirol, introduzindo a primeira mudança substancial no conceito, importantíssimo tanto para a área da saúde, quanto da educação. Bem como com Itard, que foi o primeiro a considerar o sujeito de aprendizagem, ao contrário de Pinel muito embora ele também tenha contribuído à reflexão. Outro que influenciou essas mudanças foi Sigan, trazendo uma visão integral do ser humano

Duas pessoas citaram como marco importante a criação de Instituições e Associação que lutaram e lutam pelos direitos das pessoas com deficiência.

Na FCDI, a unidade 3 tratava da “Definição de Deficiência Intelectual”, quanto a abordagem teórica, partimos do atual conceito de DI da AAIDD:

A deficiência intelectual (DI) é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, podendo ser expresso em habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa defasagem origina-se durante o período de desenvolvimento, que é definido operacionalmente como antes de o indivíduo atingir os 22 anos (Schalock, Luckasson & Tassé, 2021).

Assim, a questão que balizou as reflexões foi: *Atualmente, o critério de idade para definição da DI é 22 anos, ou seja, se origina durante o período de desenvolvimento. A AAIDD reconhece que algumas sociedades podem*

definir o período de desenvolvimento de forma diferente com base em suas normas culturais ou sociais. Considerando a sua experiência, a idade de 22 anos é adequada para a sua realidade? Trinta e quatro participantes responderam a questão, desses dezoito concluíram que sim, nove que não, três que era razoavelmente adequada e três não opinaram objetivamente.

Das justificativas para o sim, destacamos:

- Compreendendo que nesta idade existe uma transição entre a adolescência para a idade adulta, como obrigações e deveres, sim.

- Acredito que sim. Em muitas sociedades os adolescentes até os 18 anos ainda não conquistaram sua autonomia... Acredito que aos 22 anos seria um tempo para maior análise da situação.

Das justificativas para o não, destacamos duas: A primeira refere-se a necessidade de ser antes e uma depois dos 22.

- Creio que o período de desenvolvimento está encerrado aos 18 anos, idade que corresponde ao término do Ensino Médio e nos possibilita analisar todos os aspectos que podem indicar a existência de uma deficiência intelectual. Se até este marco o indivíduo não apresentou déficits no comportamento adaptativo, não será a partir de agora que ele os desenvolverá.

- Com base na minha experiência, penso que a idade de 22 anos não está adequada para a minha realidade. Acredito que é necessário mais alguns anos para que os educandos tenham independência total e um desenvolvimento social aflorado.

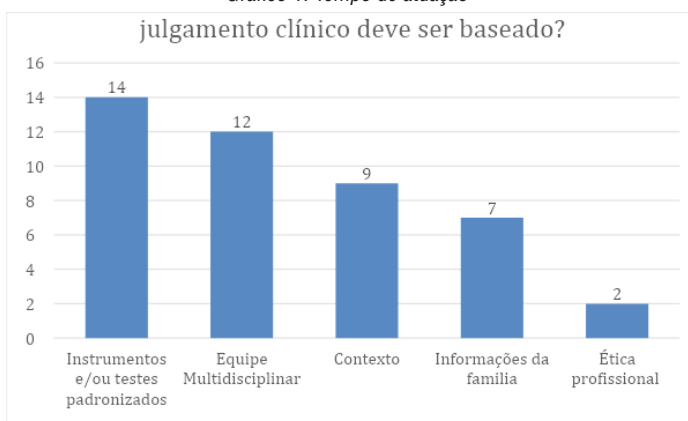
Quanto as que não opinaram objetivamente, temos:

- Entendo a necessidade de parâmetro e critérios para a avaliação, mas, da mesma forma, considero arriscado esta rigorosidade, visto que devemos ter uma visão global do ser humano, com todas suas particularidades e vivências individuais.

- Acredito que temos de ver a realidade regional, como também vivência, experiência e convívio social, como também cultural.

Na sequência, na Unidade 4 as reflexões centraram-se no “Diagnóstico de Deficiência Intelectual”, os participantes foram levados a pensar sobre a responsabilidade profissional e o diagnóstico baseado em julgamento clínico. Na perspectiva teórica, destacamos que as melhores práticas atuais da profissão, os padrões profissionais e o respeito ao código de ética são condições necessárias para cumprir a responsabilidade profissional. Assim, 36 participantes responderam a questão: “Para você, em quais pressupostos o julgamento clínico deve ser baseado?” Os itens mais citados encontram-se no Gráfico 1:

Gráfico 1. Tempo de atuação



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesse contexto, onde quase 50% dos participantes enfatizaram a importância de instrumentos e/ou testes padronizados, destaca-se a carência, no Brasil, de instrumentos para avaliação de intensidade de apoio (Alles, Castro & Boveri, 2019).

A unidade 05 foi nomeada “Classificação do campo de deficiência intelectual”, onde, primeiramente, discutiu-se que o objetivo fundamental da classificação deve ser fornecer uma estrutura para categorizar vários tipos de observações e medidas, como uma forma de organizar as informações para melhor compreender as necessidades da pessoa, assim a questão para reflexão era: “*Como você vê a aplicação na prática da classificação baseada ao nível de necessidade de apoio?*” Nessa questão houveram 35 respostas.

Vinte e cinco participantes responderam ser importante ou fundamental a classificação baseada em nível de apoio, apenas uma pessoa colocou como deficitária (“*Deficitária, é necessário um olhar mais específico e individualizado*”). Cinco não responderam diretamente à questão e quatro apontaram a necessidade de conhecer mais os pressupostos teóricos (Ex.: “*Ainda existe a necessidade de rever as práticas conceituais dos apoios oferecidos de forma abrangente*”). Dos que responderam importante/fundamental, destacamos algumas respostas:

- Acho muito importante para o conhecimento do indivíduo, conhecer sua realidade, necessidades e habilidades, tanto no social, emocional e educacional. A partir desses dados podemos preparar um plano de apoio.

- Vejo que é de suma importância para que as próprias famílias entendam que as pessoas com deficiência também são capazes e vão evoluindo com o passar do tempo, e as escalas ajudam justamente nesse sentido de ver em qual etapa eles estão precisando de mais suporte.

- Muito importante esta concepção das necessidades de apoio, tendo em vista que a deficiência não se encontra somente na pessoa, mas principalmente no contexto. É necessário compreendermos as multidimensões do desenvolvimento humano, bem como das diferentes necessidades de apoio.

Na Unidade 06, “Sistemas de Apoio”, refletimos sobre o Paradigma de Apoio e os participantes foram questionados: “*Como você percebe a possibilidade de utilização desse paradigma em nível de microsistema, ou seja, nas unidades da APAE?*”.

Para essa questão, obtivemos 36 respondentes. Eles foram unânimes quanto à importância desse paradigma na prática, a exemplo da fala: “*Quando colocado em prática, este permitirá cada vez mais a realização de planejamentos de ensino centrados na pessoa que auxiliem na independência dos estudantes com DI, pois estão articulados com seu contexto e necessidades reais de aprendizagem*”.

Nas respostas, destacam-se, as falas que mencionam a necessidade de formação e aprofundamento teórico:

- Penso ser viável, desde que todos tenham compromisso com a implementação e formação.

- É muito importante esta rede de apoio, precisamos conhecer, entender para que com propriedade possamos repassar esses conhecimentos as nossas unidades. Acredito que todas possam utilizar.

- Percebo que com alinhamento de conhecimento entre os membros da equipe sobre o assunto e reestruturação do trabalho é possível que possamos começar a implementar mudanças cotidianas.

Também, a exemplos de como irão buscar esse aprofundamento:

- Na APAE que atuo a partir de janeiro faremos um grupo de estudo com os profissionais de todos os setores para repassarmos as informações trazidas aqui no curso. Nosso objetivo é reformular nosso documento avaliativo e que este instrumento possa favorecer no melhor desenvolvimento dos nossos assistidos.

A última unidade, sete, “Uma Abordagem Integrativa à Deficiência Intelectual”, nessa unidade é fundamental perceber que todo arcabouço teórico abordado na FCDI culmina no entendimento dessa Abordagem. Assim, para finalizar, os participantes foram convidados a indicar pontos importantes que podem ser aplicados na prática educacional junto aos seus estudantes com DI.

O encontro síncrono dessa Unidade foi realizado no dia 16 de dezembro de 2022, como último encontro da FCDI, nesse dia, apenas 18 pessoas compareceram ao encontro, dessas 17 responderam a questão. Os principais pontos elencados foram: 1) indicação da necessidade de um trabalho multidisciplinar com o envolvimento da família; 2) a possibilidade de uma avaliação da deficiência para além de sua etiologia; 3) a ênfase no trabalho com o aluno estratégias e metodologias que estimulem a autonomia a partir de práticas da vida diária; 4) a ênfase no

desenvolvimento de redes de apoio, 5) a possibilidade de conhecer o aluno e o reconhecimento das singularidades de cada um, 8) a importância do planejamento individualizado e 8) a indicação da diversificação de estratégias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado esta formação contribuiu de forma positiva para a prática pedagógica de cada profissional participante. Compreendemos como fundamentais as etapas de produção e administração, essas etapas adicionam confiabilidade de que os recursos instrucionais realmente contemplem a necessidade do público atendido, mesmo em uma formação a distância é necessário que se realize modificações de acordo com a necessidade de cada contexto.

Quando pensamos nessa formação buscamos estratégias que envolvessem os cursistas e possibilitasse uma análise teórica de sua prática, mas também, uma real possibilidade de visualizar a teoria *na* prática cotidiana. Ao pensar essas estratégias, consideramos o que Belloni (2012) aponta, destacando que devemos buscar ações que viabilizem não uma formação técnica e *pro-forma*, mas que seja humana e valorize o esforço de cada cursista e possa contribuir para seu processo de aprendizagem.

Assim, percebeu-se que a compreensão e sistematização trazidas permitiram que cada profissional pudesse não apenas compreender os aspectos teóricos, mas também articulá-los com estratégias que podem ser utilizadas junto às pessoas com DI nas diferentes realidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alles, E. P. (2020). Formação continuada de Professores no Processo de Transição para vida adulta de jovens com deficiência intelectual. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná.
- ALLES, E. P., CASTRO, S. F. De, & BOUERI, I. Z. (2019). Educação Especial, Deficiência Intelectual E Necessidade De Apoio: Conceitos E Possibilidades. In: Guilherme, W. D. (org.). **Educação inclusiva e contexto social: questões contemporâneas**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.
- Boueri, I. Z. (2014). A institucionalização da pessoa com deficiência intelectual e os efeitos de um programa educacional. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos.
- Belloni, M. L. (2012). Educação a Distância [6. ed]. Campinas: Autores Associados.
- Brasil (2015) Lei 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União* 2015; 7 jul
- Ferreira, K.D.A. (2022). Formação Continuada online para Professores de Jovens com Deficiência Intelectual no Estado do Paraná: Uma abordagem Integrativa. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná.
- Lopes, B. J. S. (2016). Programa de Transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual em ambiente universitário. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos.
- Mill, D., Ribeiro, L. R. C. & Oliveira, M. R. G. (2014). Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques. São Carlos: EdUFScar.
- Schalock, R. L., Luckasson, R., & Tassé, M. J. (2021). Intellectual disability: Definition, diagnosis, classification, and systems of supports (12th Edition). Washington, DC: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities.
- Zutião, P. (2016). Programa “Vida na Comunidade” para Familiares de Jovens com Deficiência Intelectual. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos.
- Zutião, P. (2019). Programa Ead “Vida Independente” para Familiares de Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos.

NOTAS

¹Anteriormente conhecida como *American Association on Mental Retardation* (AAMR).

